



Relatório Anual • 2019

Acompanhamento das Ações Executadas
com os Recursos da Cobrança pelo uso de
Recursos Hídricos na Bacia dos Rios
Preto e Paraíba

Relatório de Acompanhamento das Ações Executadas com os Recursos da Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos

Exercício 2019



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

Presidente

Wilson Guilherme Acácio - Instituto Ensinar Brasil

Vice-Presidente

Edcléia Campos Ferreira - Prefeitura Municipal de Santos Dumont

Secretário Executivo

Arthur Sérgio Valente - Instituto Estadual de Florestas - IEF

Secretária Adjunta

Elizabeth Barbosa dos Santos - Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA

Órgão Gestor



Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretoria Geral

Marília Carvalho de Melo

Diretoria de Gestão e Apoio ao Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos

Thiago Figueiredo Santana

Gerência de Apoio às Agências de Bacias Hidrográficas e Entidades Equiparadas - GEABE

Michael Jacks de Assunção

Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas - GECBH

Clarissa Bastos Dantas

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	08
2. PLANO PLURIANUAL DE APLICAÇÃO – PPA	09
2.1. Premissas	09
2.2. Objetivos	09
2.3. Estrutura do Plano Plurianual de Aplicação 2015-2019	10
3. PLANO DE INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO HIDROGRÁFICA DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA	11
4. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES	14
4.1. Contextualização	14
4.2. Ações Desenvolvidas	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Componentes, Subcomponentes e Produtos do PPA.....	10
Tabela 2	Última atualização do PPA do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna.	13
Tabela 3	Resumo das despesas no ano de 2019.....	20

1. Apresentação

O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna foi instituído pelo Decreto Estadual nº44.199, de 29 de dezembro de 2005 e instalado em 18/08/2006.

Em 19 de novembro de 2014, o Instituto Mineiro de Gestão de Águas – IGAM e a Associação de Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – AGEVAP, entidade equiparada, com anuência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Preto e Paraibuna, firmaram entre si o Contrato de Gestão 001/2014, para o exercício de funções de Agência de Bacia.

Em maio de 2017 foi assinado o primeiro termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 001/2014 com a aprovação do Plano Plurianual de Aplicação – PPA, que consiste no instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água no período de 2015 a 2019.

O presente relatório apresenta a execução dos programas elencados e suas ações, que fazem parte do Plano Plurianual de Aplicação- PPA, no decorrer do ano de 2019.

2. Plano Plurianual de Aplicação - PPA

O Plano Plurianual de Aplicação – PPA do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna foi aprovado e assinado em maio de 2017 e consiste no instrumento de planejamento e orientação dos desembolsos a serem executados com recursos da cobrança pelo uso da água no período de 2015 a 2019.

2.1. Premissas

O Plano Plurianual de Aplicação se pauta pelas seguintes premissas:

- I. As ações a serem executadas devem estar em conformidade com os programas de investimentos previstos no Caderno de Ações 3 - Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna – Anexo 3 do Relatório Contratual R10 do Plano Integrado de Recursos Hídricos do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e com os indicadores do Contrato de Gestão nº. 01/2014;
- II. Com vistas a qualificar e alavancar investimentos na Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna, os recursos devem apoiar, preferencialmente, a elaboração de estudos, planos e projetos, bem como intervenções para proteção, preservação, conservação e recuperação de mananciais, além de promover a educação ambiental e capacitação técnica com foco em recursos hídricos;
- III. Prioridade de investimentos em ações referentes ao Subcomponente 3.1 – Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no uso do Solo.

2.2. Objetivos

O Plano Plurianual de Aplicação tem por objetivo o planejamento de médio prazo para alocação de recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos que propicie investimentos em ações estruturais e estruturantes com vistas à otimização da aplicação dos recursos, no aperfeiçoamento da gestão e melhoria da qualidade e disponibilidade da água na Bacia.

2.3. Estrutura do Plano Plurianual de Aplicação 2015-2019

Tabela 1 – Componente, Subcomponente e Programas do PPA

Item	PPA PRETO PARAIBUNA		
	Componente	Subcomponente	Programa
1	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS		
1.1	PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS		
	1.1.1	Elaboração do novo plano diretor de recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Preto e Paraibuna	
1.2	PROJETOS PARA AMPLIAÇÃO DA BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES		
	1.2.1	Ampliação do cadastro de usuários	
1.3	FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA		
	1.3.1	Operacionalização do CBH Preto e Paraibuna	
	1.3.2	Programas de educação ambiental	
2	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL		
2.1	REDUÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS		
	2.1.1	Coleta e tratamento de esgotos domésticos	
2.2	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE CHEIAS		
	2.2.1	Recuperação e conservação de faixas marginais	
	2.2.2	Intervenções para controle de inundações	
3	PROTEÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS		
3.1	PROTEÇÃO DE MANANCIAS E SUSTENTABILIDADE NO USO DO SOLO		
	3.1.1	Recuperação e proteção de áreas de preservação permanente	
	3.1.2	Incentivo à sustentabilidade no uso da terra	
	3.1.3	Apoio técnico institucional para controle de erosão em áreas rurais	
	3.1.4	Estudo e projeto para remoção, transporte e disposição final de macrófitas	

3. PLANO DE INVESTIMENTOS PARA A REGIÃO HIDROGRÁFICA DOS RIOS PRETO E PARAIBUNA

Para otimização dos recursos da cobrança no período 2015 a 2019, foram selecionados 11 programas dentre o total de 36 previstos no Caderno de Ações 3 - Área de Atuação do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna.

Do valor total previsto para arrecadação e investimento no período, 26,6% concentra-se em ações do Componente 1 - Gerenciamento de Recursos Hídricos; 30% concentra-se em ações do Componente 2 - Recuperação da Qualidade Ambiental; e 43,4% concentra-se em ações do Componente 3 - Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos.

A alocação dos recursos consolidados no período 2015 a 2019, nos 11 programas priorizados, observará a seguinte distribuição:

Programa 1.1.1 - Elaboração do novo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Preto e Paraibuna: o montante de R\$ 1.500.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2016;

Programa 1.2.1 - Ampliação do Cadastro de Usuários: o montante de R\$ 350.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2016;

Programa 1.3.1 - Operacionalização do CBH Preto e Paraibuna: o montante de R\$ 219.067,72 será aplicado, entre os anos de 2016 e 2019;

Programa 1.3.2 - Programas de Educação Ambiental: o montante de R\$ 250.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2017;

Programa 2.1.1 - Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos: o montante de R\$ 1.820.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2019;

Programa 2.2.1 - Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção: o montante de R\$ 400.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2019;

Programa 2.2.2 - Intervenções para Controle de Inundações: o montante de R\$ 400.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2018;

Programa 3.1.1 - Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente: o montante de R\$ 2.790.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2018;

Programa 3.1.2 - Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra: o montante de R\$ 300.000,00 será aplicado, inicialmente, nos anos de 2017 e 2018;

Programa 3.1.3 - Apoio Técnico Institucional para Controle de Erosão em Áreas Rurais: o montante de R\$ 500.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2019;

Programa 3.1.4 - Estudo e Projeto para Remoção, Transporte e Disposição Final de Macrófitas: o montante de R\$ 200.000,00 será aplicado, inicialmente, no ano de 2017.

Tabela 2 – Última atualização do PPA do Comitê dos Rios Preto Paraibuna

ITEM	PPA PRETO PARAIBUNA					2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
	COMPONENTE	SUBCOMPONENTE	PROGRAMA	%							
1	GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS				26,6%						
1.1	PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS										
	1.1.1	ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO DIRETOR DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIOS PRETO E PARAIBUNA		17,2%		R\$ 1.500.000,00					R\$ 1.500.000,00
1.2	PROJETOS PARA AMPLIAÇÃO DA BASE DE DADOS E INFORMAÇÕES										
	1.2.1	AMPLIÇÃO DO CADASTRO DE USUÁRIOS		4,0%		R\$ 350.000,00					R\$ 350.000,00
1.3	FERRAMENTAS DE CONSTRUÇÃO DA GESTÃO PARTICIPATIVA										
	1.3.1	OPERACIONALIZAÇÃO DO CBH PRETO E PARAIBUNA		2,5%		R\$ 42.357,92	R\$ 58.903,27	R\$ 54.316,56	R\$ 63.489,97		R\$ 219.067,72
	1.3.2	PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		2,9%			R\$ 250.000,00				R\$ 250.000,00
2	RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE AMBIENTAL				30,0%						
2.1	REDUÇÃO DE CARGAS POLUIDORAS										
	2.1.1	COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTOS DOMÉSTICOS		20,8%			R\$ 900.000,00			R\$ 920.000,00	R\$ 1.820.000,00
2.2	DRENAGEM URBANA E CONTROLE DE CHEIAS										
	2.2.1	RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FAIXAS MARGINAIS		4,6%					R\$ 400.000,00		R\$ 400.000,00
	2.2.2	INTERVENÇÕES PARA CONTROLE DE INUNDAÇÕES		4,6%				R\$ 400.000,00			R\$ 400.000,00
3	PROTEÇÃO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS				43,4%						
3.1	PROTEÇÃO DE MANANCIAS E SUSTENTABILIDADE NO USO DO SOLO										
	3.1.1	RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE		32,0%			R\$ 1.400.000,00	R\$ 1.390.000,00			R\$ 2.790.000,00
	3.1.2	INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE NO USO DA TERRA		3,4%			R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00			R\$ 300.000,00
	3.1.3	APOIO TÉCNICO INSTITUCIONAL PARA CONTROLE DE EROSION EM ÁREAS RURAIS		5,7%						R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
	3.1.4	ESTUDO E PROJETO PARA REMOÇÃO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE MACRÓFITAS		2,3%			R\$ 200.000,00				R\$ 200.000,00
TOTAL					100%		R\$ 1.892.357,92	R\$ 2.958.903,27	R\$ 1.994.316,56	R\$ 1.883.489,97	R\$ 8.729.067,72
						2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
PREVISÃO ANUAL DE ARRECADAÇÃO						R\$ 1.416.041,30	R\$ 1.912.172,55	R\$ 2.036.205,37	R\$ 2.036.205,37	R\$ 2.036.205,37	R\$ 9.436.829,96
CUSTEIO DA AGÊNCIA DE BACIA - ENTIDADE EQUIPARADA (7,5%)						R\$ 106.203,10	R\$ 143.412,94	R\$ 152.715,40	R\$ 152.715,40	R\$ 152.715,40	R\$ 707.762,25
PREVISÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA INVESTIMENTOS (INCLUINDO 2,5% DO CBH)						R\$ 1.309.838,20	R\$ 1.768.759,61	R\$ 1.883.489,97	R\$ 1.883.489,97	R\$ 1.883.489,97	R\$ 8.729.067,71
PREVISÃO DE SALDO REMANESCENTE PARA INVESTIMENTOS (DESCONTADOS 2,5% DO CBH)						R\$ 1.309.838,20	R\$ 1.726.401,69	R\$ 1.824.586,70	R\$ 1.829.173,41	R\$ 1.820.000,00	R\$ 8.510.000,00

Obs: Os programas foram definidos de acordo com as prioridades elencadas no PAP do CEIVAP e no Caderno de Ações da área de Atuação do PS1.

4. ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES

4.1. Contextualização

Durante o ano de 2017 o IGAM conduziu o processo eleitoral do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna, finalizando este em dezembro do mesmo ano.

No entanto, a portaria de nomeação de novos membros, até o início do ano de 2018 não havia sido publicada pelo Estado. O que culminou na não realização de reuniões do Comitê no período, uma vez que qualquer decisão tomada não teria validade perante ao Sistema de Gestão.

Para solucionar este impasse, o Conselho Estadual de Recursos Hídricos autorizou a alteração do artigo da Resolução, mudando a prorrogação do mandato para até a publicação da portaria de nomeação dos novos membros pelo Governador do Estado.

Portanto, a partir dessa mudança, o Comitê pôde prosseguir normalmente com suas atividades. Porém, nenhuma reunião foi marcada neste período.

Apenas em agosto de 2018 ocorreu a reunião de posse dos novos membros e diretoria do comitê.

Já com os novos membros e nova diretoria empossados, em setembro ocorreu a 1º reunião extraordinária de 2018, na cidade de Juiz de Fora.

A pedido da nova diretoria, a AGEVAP apresentou à plenária uma proposta de investimentos na área de capacitação, tendo em vista a viabilidade de implantação deste tipo de ação no ano corrente.

A proposta apresentada foi a realização de curso de recuperação e preservação de nascentes. A proposta foi aprovada por unanimidade e o curso foi contratado e oferecido para 2 (duas) turmas, uma turma formada pelos conselheiros do CBH e integrantes de sindicatos rurais. Curso este realizado em Juiz de Fora entre os dias 16 e 18 de outubro de 2019 e uma segunda turma, formada por membros de prefeituras e produtores rurais, realizado em Santos Dumont entre os dias 6 e 8 de novembro de 2019.

Em outubro de 2018, ocorreu a 1ª reunião ordinária do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna daquele ano, na cidade de Juiz de Fora. Nesta reunião ocorreu a apresentação, discussão e encaminhamentos das propostas para os investimentos constantes no PPA para o ano de 2019. Devido ao grande número de sugestões, o presidente do Comitê sugeriu a criação de Grupos de Trabalho - GTs para condensar as propostas encaminhadas e estabelecer priorização.

Sendo assim, foram criados dois Grupos de Trabalho: Grupo de Trabalho de Priorização de Investimentos – GTPI através da Deliberação 03/2018 e o Grupo de Trabalho de Projetos de Educação Ambiental – GTEA através da Deliberação 02/2018.

Durante o ano de 2019, os GT's iniciaram as discussões sobre quais projetos seriam colocados em prática e, com o apoio da AGEVAP foram elaborados os Termos de Referência dos seguintes projetos:

1- No âmbito do GTPI: **Projeto de Saneamento Rural**, cujo objetivo central é a elaboração de Diagnóstico e Seleção de Áreas Rurais Prioritárias para a Implementação de Ações de Saneamento Rural na Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna – PS1. Inicialmente foi concebido para ser executado pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

2- No âmbito do GTEA: **Projeto de Educação Ambiental**, que tem como o objetivo central apoiar e incentivar, pedagógica e financeiramente os projetos aprovados de acordo com o edital a ser lançado, incentivando o desenvolvimento de práticas educativas, que estejam em consonância com os princípios filosóficos e pedagógicos contidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), nas Orientações Curriculares do Estado e no Projeto Político Pedagógico da escola.

3- Atendendo a um pedido da Diretoria do Comitê, a AGEVAP elaborou um Termo de Referência para contratação do Projeto: **Mobilização Social nos Municípios inseridos na Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna**, cujo objetivo é contratação de empresa especializada para realização de mobilização dos gestores municipais e dos diversos segmentos sociais através de visitas nos municípios inseridos no âmbito da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna.

4- Outro projeto que teve seu Termo de Referência elaborado no decorrer de 2019 foi

o **Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica da Represa de Chapéu D'Uvas**, cujo objetivo central é estabelecer a cooperação entre o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros dos Rios Preto e Paraibuna (PS1), por meio de sua entidade equiparada à agência de bacia, AGEVAP, e uma Instituição de ensino, pesquisa e extensão no qual esta será contratada para seleção de 6 (seis) extensionistas de nível superior, de áreas com atribuições relacionadas ao meio ambiente e aos recursos hídricos, com a concepção de formação técnico-científica, para elaboração de diagnóstico socioambiental da bacia hidrográfica da represa de Chapéu D'Uvas.

Ressalta-se que os quatro projetos acima referenciados foram aprovados pela plenária na 4ª Reunião Extraordinária de 2019 realizada em 12/12/2019 e serão colocados em prática no decorrer de 2020.

Outro ponto de destaque em 2019 foi a aprovação, por meio da Deliberação 08/2019, da destinação de recursos da cobrança do CBH Preto e Paraibuna para complementar o aporte de recursos das contrapartidas municipais no âmbito do Programa PROTRATAR do Ceivap. Programa este que tem como objetivo o aporte de recursos da cobrança federal da Bacia do Paraíba do Sul para implantação, implementação e ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em municípios localizados na bacia. Esta parceria (CBH estadual e CBH federal) foi submetida à análise e aprovação do IGAM, que por sua vez, acatou o pleito e autorizou a utilização dos recursos estaduais.

Neste relatório são apresentadas informações sobre cada um dos programas de investimentos previsto para a Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna a serem realizados com os recursos financeiros oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia.

Estes programas estão previstos e foram priorizados no Plano Plurianual de Aplicação – PPA. Para cada programa é apresentada uma breve descrição sobre o que era previsto e o que foi realizado no ano de 2019.

4.2. Ações Desenvolvidas

COMPONENTE 1 – GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Subcomponente 1.1: Planejamento de Recursos Hídricos

Programa: Elaboração do novo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Preto e Paraibuna

Código da ação no PPA: 1.1.1

Previsto:

Em atendimento a demanda estabelecida pelo Comitê, elaboração do novo Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rios Preto e Paraibuna, foi definido o valor de R\$ 1.500.000,00 para contratação de consultoria especializada para confecção do mesmo.

O referido Plano está sendo elaborado em concordância com o Plano Nacional de Recursos Hídricos, com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH-MG) e com o Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – PIRH, observando o Plano de Ação de Recursos Hídricos – PARH, da respectiva Bacia, e em conformidade com a resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, que estabelece diretrizes para a elaboração de Planos de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas e dá outras, Resolução CNRH nº 145, de 12 de dezembro de 2012.

Devem ser estabelecidas diretrizes para a implementação dos demais instrumentos de gestão, como outorga do direito de uso dos recursos hídricos, enquadramento dos corpos de água e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, entre outros.

Além disso, necessitam ser identificadas ações de gestão, programas, projetos, obras e investimentos prioritários, com a participação dos poderes públicos estadual e municipal, da sociedade civil e dos usuários, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da Bacia.

Realizado:

Houve o entendimento entre a Agência e o Comitê de fomentar a possibilidade da contratação do Plano Diretor de Bacia do Preto Paraibuna juntamente com a contratação do Plano de Bacia do Paraíba do Sul, visando a otimização dos recursos da cobrança estadual.

Dessa forma, foi deliberado pela Plenária do Comitê a destinação de R\$ 150.000,00 para a Elaboração do novo Plano Diretor da Bacia dos Rios Preto Paraibuna a ser realizada juntamente com Contratação de empresa para complementação e finalização do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul e elaboração dos Planos de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas Afluentes que está em andamento por meio do Ato convocatório nº 21/2017.

Para a concretização e destinação do recurso para a elaboração do Plano Diretor da Bacia dos Rios Preto e Paraibuna, foi necessário aditar o contrato com a empresa PROFIL. Sendo assim, o órgão gestor solicitou vistas ao processo do Ato Convocatório nº 21/2017 e foi autorizada a inclusão de sua rubrica orçamentária ao processo.

Para acompanhamento da elaboração do PDRH foi criado o Grupo de Trabalho GTPlano por meio da Deliberação 13/2019.

Já para o início de 2020 (provavelmente em fevereiro) está programado um Seminário para a apresentação dos Produtos: Diagnóstico e Prognóstico (já em elaboração).

Subcomponente 1.2: Projetos para Ampliação da Base de Dados e Informações

Programa: Ampliação do Cadastro de Usuários

Código da ação no PPA: 1.2.1

Previsto:

Contratação de empresa para realizar a ampliação do Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Preto e Paraibuna, UPGRH-PS1 e prevê, principalmente, as seguintes atividades:

- Realização do levantamento das outorgas realizadas, a partir de 2013;

- Atualização e ampliação do cadastro de usuários de recursos hídricos, considerando, sobretudo, as outorgas realizadas, a partir de 2013;
- Elaboração de relatório fotográfico de todos os pontos outorgados;
- Validação da localização georreferenciada de todos os pontos outorgados.

A relevância do programa consiste, ainda, na identificação do atual panorama dos múltiplos usos na Bacia e na possibilidade de regularização de usuários, de forma que seja possível conhecer melhor a demanda e a disponibilidade de água, de modo a organizar a utilização, levando em conta sua capacidade hídrica e os usos consuntivos e não-consuntivos, para tornar mais eficiente a gestão dos recursos hídricos.

Realizado:

Em Minas Gerais, o IGAM, na função de órgão gestor no que se refere a recursos hídricos, adotou dois sistemas para o cadastro de usuários disponibilizados pela ANA, o CNARH e o DIGICOB (Sistema Digital de Cobrança), para promover a gestão das águas no Estado.

No entanto, desde 2014, dois sistemas vinham sendo desenvolvidos para a gestão dos recursos hídricos no âmbito de Minas Gerais: O Sistema de Cadastro de Usuários de Recursos Hídricos (SISCAD) e o Sistema de Cobrança pelo Uso da Água (SISCOB). Desta forma, o CNARH foi substituído pelo SISCAD.

Sendo assim o órgão gestor realizou treinamento com o objetivo de capacitar as entidades equiparadas e os usuários a acompanhar os cadastros no sistema. O detalhamento dos investimentos e a concepção dos projetos a serem desenvolvidos nesta temática ainda estão em discussão.

Subcomponente 1.3: Ferramentas de construção da Gestão Participativa

Programa: Operacionalização do CBH Preto e Paraibuna

Código da ação no PPA: 1.3.1

Modalidade de Aplicação: Direta

Previsto:

Execução de atividades ou serviços para a operacionalização do Comitê que requeira recursos financeiros e relaciona-se, em especial, com os indicadores e metas do Contrato de Gestão e ao atendimento de solicitações dos membros do Comitê.

Realizado:

Após a assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão n.º 001/2014, em 18 de maio de 2017, a AGEVAP, com anuência da Diretoria do Comitê, iniciou a utilização dos recursos de operacionalização para custear despesas decorrentes de solicitações originadas no Comitê.

Além disso, o recurso foi utilizado para atividades consideradas finalísticas para o Comitê, como aquisição de itens de alimentação, organização de reuniões, locação de veículos e manutenção e domínio de sites, além das solicitações de diárias da diretoria do Comitê e participação de seus conselheiros em eventos.

No ano de 2019, membros do Comitê dos Rios Preto e Paraibuna participaram do ENCOB em Foz do Iguaçu/PR.

Segue abaixo na Tabela 3 as despesas realizadas a título da linha Operacionalização do CBH Preto e Paraibuna.

Tabela 3 – Resumo das despesas no ano de 2019

Deslocamento dos Membros (Aéreo e Terrestre) do CBH Preto Paraibuna - PS1	7.252,45
Alimentação e Hospedagem dos Membros (AJC) do CBH Preto Paraibuna - PS1	8.831,50
Aquisição de Gêneros Alimentícios para reuniões do CBH Preto Paraibuna - PS1	2.685,15
Site do Comitê Preto Paraibuna - PS1	4.355,04
Despesas Diversas	2.403,65

Programa: Programas de Educação Ambiental

Código da ação no PPA: 1.3.2

Previsto:

Serão desenvolvidos Programas de Educação Ambiental de âmbito local e regional, constituídos a partir das demandas locais. Os programas deverão estar relacionados ao tema gestão de recursos hídricos e meio ambiente e apresentar algum tipo de aderência à agenda do CEIVAP, considerando as diretrizes que serão detalhadas em Edital ou Ato Convocatório correspondente a ser divulgado pela Agência de Bacia, sendo prioritário o atendimento aos municípios da Bacia que não foram contemplados em ações promovidas pelo CEIVAP.

Realizado:

Termo de Referência do Projeto de Educação Ambiental (já detalhado acima) devidamente elaborado e aprovado pela Plenária. Procedimento licitatório será iniciado em 2020.

Componente 2: Recuperação da Qualidade Ambiental

Subcomponente 2.1: Redução de Cargas Poluidoras

Programa: Coleta e Tratamento de Esgotos Domésticos

Código da ação no PPA: 2.1.1

Previsto:

O programa prevê a elaboração de projetos de Sistemas de Esgotamento e a implantação de Sistemas de Esgotamento Sanitário para núcleos habitacionais, preferencialmente rurais, por meio de fossas sépticas ou fossas ecológicas e Estações de Tratamento de Esgoto - ETEs compactas, quando em núcleos habitacionais rurais.

Realizado:

Foi criado em 2018 o Grupo de Trabalho de Priorização de Investimentos – GTPI através da Deliberação 03/2018 para discutir junto à AGEVAP ações e projetos de coleta e tratamento de esgotos domésticos a serem colocados em prática em 2020. Termo de Referência finalizado e aprovado pela plenária.

Subcomponente 2.2: Drenagem Urbana e Controle de Cheias

Programa: Recuperação e Conservação de Faixas Marginais de Proteção

Código da ação no PPA: 2.2.1

Previsto:

O programa tem por objetivo a redução dos processos de degradação dos corpos hídricos, em especial quanto às consequências da erosão das margens dos cursos d'água que drenam áreas urbanas.

Prevê a elaboração de projetos para implantação de ações estruturais nas faixas marginais de proteção, tais como recomposição da mata ciliar em alguns trechos, demarcação e isolamento de outros trechos para regeneração natural, instalação de equipamentos urbanos para lazer, bacias de retenção.

Realizado:

Programa com investimentos previstos para o ano de 2020. Termo de Referência do projeto **Diagnóstico Socioambiental da Bacia Hidrográfica da Represa de Chapéu D'Uvas** já finalizado e aprovado pela plenária.

Programa: Intervenções para Controle de Inundações

Código da ação no PPA: 2.2.2

Previsto:

O programa objetiva a elaboração de estudos e projetos básicos de intervenções estruturais no meio urbano, necessárias à correção dos problemas identificados.

Prevê a elaboração de estudo e projetos básicos de intervenções estruturais no meio rural nos cursos d'água a montante dos aglomerados urbanos, voltadas para a redução das inundações nas áreas urbanas.

Realizado:

Nenhuma ação realizada neste programa específico. Inclusive o PAP 2020-2024 não possui mais esta linha.

.Componente 3: Proteção e Aproveitamento dos Recursos Hídricos

Subcomponente 3.1: Plano de Proteção de Mananciais e Sustentabilidade no Uso do Solo

Programa: Recuperação e Proteção de Áreas de Preservação Permanente

Código da ação no PPA: 3.1.1

Previsto:

O programa visa subsidiar iniciativas de proteção dos recursos hídricos, com base nos instrumentos normativos federais voltados para a proteção das áreas de preservação permanente (APP), em especial aquelas situadas em torno de nascentes e nas margens dos cursos d'água, com ênfase em APP. Inclui o levantamento de áreas críticas e prioritárias para recomposição ou adensamento de matas ciliares e de topos de morro, além de caracterização e recuperação de nascentes e áreas degradadas.

Realizado:

Curso de recuperação e preservação de nascentes, conforme detalhado anteriormente.

Programa: Incentivo à Sustentabilidade no Uso da Terra

Código da ação no PPA: 3.1.2

Previsto:

O objetivo do programa é apoiar iniciativas que estejam de acordo com princípios e critérios de sustentabilidade no uso dos recursos naturais, especialmente aquelas que contribuam para a redução dos impactos negativos sobre a qualidade dos recursos hídricos. Inclui o levantamento de áreas potenciais e identificação de parcerias para

implantação do programa; elaboração de diagnósticos; levantamento detalhado de propriedades rurais das áreas selecionadas; elaboração dos projetos específicos das unidades rurais; monitoramento de resultados na qualidade e quantidade da água.

Realizado:

Foi criado em 2018 o Grupo de Trabalho de Priorização de Investimentos – GTPI através da Deliberação 03/2018 para discutir junto à AGEVAP ações e projetos de incentivo à sustentabilidade no uso da terra a serem colocados em prática em 2020.

Programa: Apoio Técnico Institucional para Controle de Erosão em Áreas Rurais

Código da ação no PPA: 3.1.3

Previsto:

Dar suporte técnico e institucional através de projetos específicos a proprietários rurais para o tratamento de situações críticas de erosão.

Além disso, prevê a elaboração de projetos de recuperação de áreas degradadas por erosão, o mapeamento e diagnóstico detalhado das situações mais críticas de erosão em áreas rurais (ravinas e voçorocas) e em estradas não pavimentadas (taludes e leitos desprotegidos) e o levantamento de métodos e técnicas mais adequados para as situações identificadas na bacia.

Realizado:

Nenhuma ação realizada nesse sentido.

Projeto: Estudo e Projeto para Remoção, Transporte e Disposição Final de Macrófitas

Código da ação no PPA: 3.1.4

Previsto:

Oferecer apoio a produtores rurais, desenvolvendo ações não estruturais, e tem por objetivo a elaboração de estudos, projetos e licenciamento ambiental, visando à

remoção, transporte e disposição final de plantas aquáticas (macrófitas aquáticas) existentes em poços, cursos d'água ou represas que tenham por objetivo o abastecimento humano, a dessedentação de animais e/ou a irrigação voltada para produção alimentícia.

Realizado:

Nenhuma ação realizada nesse sentido, tendo em vista a pequena incidência deste tipo de vegetação aquática na região.